

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7DE 03 DE 2022.

LIDO NO EALEDIENTE Em, 23 / 03 / 2022

Sleep Sio

"Dispõe sobre a Concessão de Título de Cidadão Piauiense ao Excelentíssimo Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ, **Dr. Luis Felipe Salomão**, e dá outros providencias."

O GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ:

FAÇO saber que o Poder Legislativo, na conformidade do dispositivo no art. 27, inciso V, "g" do Regimento da Assembleia legislativa do Estado do Piauí, aprovou e eu, em obediência ao contido no art. 19, inciso VI, alínea "j" do mesmo Regimento, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

- Art. 1º Fica atribuído o Título de Cidadão Piauiense ao Excelentíssimo Ministro do Superior Tribunal de Justiça STJ, Dr. Luis Felipe Salomão, pelos relevantes serviços prestados.
 - Art. 2º A entrega do Título será realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.
 - Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina - PI, de março de 2022.

Dep. Henrique Pires MDB/PI

CURRICULUM VITAE

LUIS FELIPE SALOMÃO

MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Dados Pessoais

Nome: Luis Felipe Salomão

Data de nascimento 18.03.1963

Naturalidade: Salvador/Bahia

Formação Acadêmica

- •Graduação: UFRJ Faculdade Nacional de Direito.
- •Pós-graduação em Direito Comercial.

Funções Atuais

- •Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 17 de junho de 2008.
- •Presidente da 4ª Turma do STJ.
- •Membro da 2ª Seção do STJ.
- Membro da Corte Especial do STJ.
- •Professor Emérito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e da Escola Paulista da Magistratura.
- Doutor honoris causa em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade Cândido Mendes.
- Professor honoris causa da Escola Superior da Advocacia RJ.
- •Coordenador do Grupo de Trabalho instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para modernização e efetividade do Poder Judiciário nos processos de recuperação judicial e de falência.
- •Integrante do Grupo de Trabalho instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para elaboração de estudos e de propostas voltadas ao fortalecimento dos precedentes no sistema jurídico.



- •Integrante da Comissão de Juristas instituída pela Câmara dos Deputados para elaborar anteprojeto de legislação que sistematiza as normas de processo constitucional brasileiro.
- •Coordenador do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário e Professor da Fundação Getulio Vargas (https://ciapj.fgv.br/).
- •Diretor do Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros (https://cpj.amb.com.br/).
- •Presidente do Conselho Editorial da Revista Justiça & Cidadania.
- •Professor do curso de mestrado e de especialização do Instituto Brasiliense de Direito Público.
- •Sócio Honorário do Instituto dos Advogados de São Paulo IASP.
- •Membro do Conselho Editorial da Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.
- •Membro do Conselho Editorial da Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Principais Atividades Exercidas

Magistratura:

- •Foi Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral.
- •Foi Juiz Substituto, Titular da 2ª Vara Empresarial da Capital e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- •Foi Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura AMB.
- •Foi Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro.
- •Foi Secretário Geral da AMB Associação dos Magistrados Brasileiros; permaneceu na função de Diretor da AMB.
- •Foi membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados -Enfam (biênio 2018-2020).
- •Exerceu a função de Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- •Exerceu a presidência da 4ª Turma do STJ, biênio 08/2011 a 08/2013 e da 2ª Seção do STJ, biênio 08/2013 a
- •Foi membro da Comissão de Documentação do STJ, presidiu a Comissão de Regimento Interno e foi Diretor da Revista do Superior Tribunal de Justiça.

Outras atividades:

- •Foi Promotor de Justiça do Estado do São Paulo.
- •Integrou, como membro efetivo, a Comissão Estadual dos Juizados Especiais e Adjuntos Cíveis e Criminais do Rio de Janeiro e também a Comissão de Comunicação Social do TJ/RJ.
- •Foi Presidente e integrante de inúmeras bancas de concursos para provimento de cargos no âmbito do Ministério Público e Judiciário.
- •Foi Presidente da comissão de juristas constituída pelo Senado Federal para elaborar anteprojeto de lei de arbitragem e mediação.

Palestras, seminários, conferências:



Participa e participou de inúmeros cursos, no Brasil e exterior, como palestrante, expositor e conferencista.

Idiomas:

Inglês e espanhol.

Publicações

Possui vários artigos publicados acerca de temas institucionais do Poder Judiciário, Acesso à Justiça e Juizados Especiais.

Livros:

- Manual do Juizado de Pequenas Causas e do Consumidor. Rio de Janeiro: EMERJ (Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro), 1994.
- •Roteiro do Juizado de Pequenas Causas. Rio de Janeiro: Idéia Jurídica, 1995.
- •Roteiro dos Juizados Especiais Cíveis. 1ª ed., Rio de Janeiro: Destaque, 1997; 2ª ed., Rio de Janeiro: Destaque, 1999; 3ª ed., Rio de Janeiro: Destaque, 2003 e 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- •Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência Teoria e Prática, em coautoria Paulo Penalva Santos. 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2012; 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015; 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2017; 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2019; 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2020 e 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- •Direito Privado Teoria e Prática. 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2013; 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2014 e 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016.
- Arbitragem e Mediação A Reforma da Legislação Brasileira, coordenador. 1ª. ed., São Paulo: Atlas, 2015 e 2ª. ed., São Paulo: Atlas, 2017.
- •Parte Geral do CPC/15: Comentários aos arts. 1º ao 316 em homenagem ao Ministro João Otávio de Noronha, coordenador geral. São Paulo: Editora Lualri, 2017.
- •Direito civil: diálogos entre a doutrina e a jurisprudência, coordenador. 1ª ed., São Paulo: Atlas, 2018 e volume 2, São Paulo: Atlas, 2021.
- •Lei de Liberdade Econômica e seus impactos no Direito Brasileiro, coordenador. 1ª.ed, São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2020.
- •Análise de impacto legislativo na recuperação e na falência, coordenador. 1ª. ed, Rio de Janeiro: Editora Justiça & Cidadania, 2020.
- •Magistratura do futuro, coordenador. 1ª ed., Rio de Janeiro: JC Editora, 2020.
- •Recuperação de empresas e falência: diálogos entre a doutrina e a jurisprudência, coordenador. 1ª ed., São Paulo: Atlas, 2021.



•Sistema Penal Contemporâneo, coordenador. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

Livros em coautoria:

- •Corregedorias do Poder Judiciário, Editora Revista dos Tribunais, 2003, coautoria.
- •A Nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas Lei nº 11.101/05, Editora Forense, 2006, coautoria.
- •Comentários aos Verbetes Sumulares do TJRJ, Editora Espaço Jurídico, 2006, coautoria.
- •Responsabilidade Civil Estudos e Depoimentos no Centenário do Nascimento de José de Aguiar Dias (1906/2006), Editora Forense, coautoria.
- Estudos de Direito Constitucional Em Homenagem a Cesar Asfor Rocha Teoria da Constituição, Direitos Fundamentais e Jurisdição, Editora Renovar, 2009, coautoria.
- •O Superior Tribunal de Justiça e a Reconstrução do Direito Privado, Editora Revista dos Tribunais, 2011, coautoria.
- •O Papel da Jurisprudência no STJ, Editora Revista dos Tribunais, 2014, coautoria.
- •Estudos de Direito Constitucional Homenagem a J. Bernardo Cabral, 2014, coautoria.
- •Teoria do Dano Moral e Direitos da Personalidade, Coleção Doutrinas Essenciais: Dano Moral, v. 1, 2015, coautoria.
- O juiz constitucional: Estado e Poder no Século XXI, Editora Revista dos Tribunais, 2015, coautoria.